

Projetos modernos e vivências rurais: a instalação da “Vila União”, no Piauí oitocentista

Modern projects and rural experiences: the installation of “Vila União”, in 19th century Piauí

Jayra Barros Medeiros

Graduada em História pela Universidade Estadual do Piauí. Mestra em História pela Universidade Federal do Piauí. Doutoranda em História também pela Universidade Federal do Piauí.
jayradoutorado@gmail.com

Resumo: A presente pesquisa discute a instalação de vilas, as margens do Rio Parnaíba. E ainda, os projetos conduzidos pelos administradores locais e os contrastes existentes entre as medidas mencionadas e as vivências rurais da maioria da população do território em questão, no século XIX. Para tanto, utilizamos as fontes documentais e bibliográficas referentes ao período proposto. Das quais destacamos, códigos de posturas, correspondências e leis administrativas referentes ao período proposto. É importante destacarmos que teremos como fio condutor, a “vila União”, localizada as margens do Rio Parnaíba. A Região constituiu-se em freguesia do Estanhado, no ano de 1853, pela resolução nº 362, um ano depois da transferência da capital do Piauí. Mais tarde, no ano de 1889, esse território passou a categoria de cidade. Esses acontecimentos podem ser percebidos como transformações administrativas, econômicas e sociais. Sendo que, a localização da nova capital, Teresina, tomava conta do ideário de alguns políticos que tinham a intenção de integrar o Piauí ao mercado econômico com a exportação do extrativismo vegetal. Isso seria viável com o aproveitamento do Rio Parnaíba, que foi utilizado, não só com cultivo e extração de produtos em suas margens. Mas também, como estrada fluvial pelos piauienses, no período proposto.

Palavras-chave: História. Piauí. Império. Rural

Abstract: The present research discusses the installation of villages, on the banks of the Parnaíba River. And yet, the projects conducted by the local administrators and the existing contrasts between the mentioned measures and the rural experiences of the majority of the population of the territory in question, in the 19th century. For that, we used the documentary and bibliographic sources referring to the proposed period. Of which we highlight, codes of posture, correspondence and administrative laws referring to the proposed period. It is important to highlight that we will have as a common thread, the “Union village”, located on the banks of the Parnaíba River. The Region was constituted in the parish of Estanhado, in 1853, by resolution nº 362, one year after the transfer of the capital of Piauí. Later, in 1889, this territory became a city. These events can be perceived as administrative, economic and social transformations. Since the location of the new capital, Teresina, took care of the ideas of some politicians who had the intention of integrating Piauí to the economic market with the export of plant extractivism. This would be feasible with the use of the Parnaíba River, which was used, not only with cultivation and extraction of products on its banks. But also, as a river road by the people of Piauí, in the proposed period.

Keywords: History. Piauí. Empire. Rural

Introdução

Renato Castelo Branco descreve o Piauí como um “vale”, cercado por uma cinta de serras, que se estendem pela fronteira oriental até o sul. (CASTELO BRANCO, 1942, p. 17). Para o escritor, “toda vida do vale deriva do rio abençoado”, o Parnaíba, considerado como “uma outra imagem inspirada no Nilo” (Idem.). A inspiração do autor em comparar o rio Nilo, do Egito, com o Parnaíba, no Piauí, nos convida a pensar o território do norte Piauí, nos anos de 1853 a 1929. Para tanto, levaremos em consideração que:

o começo da mudança do eixo econômico do sul para o norte piauiense, na virada do século XVIII, através da análise da arrecadação do tributo sobre o gado. Em 1791, Oeiras, Jerumenha, Parnaíba e Valença respondiam por 58% do total, enquanto Campo Maior e Marvão (Castelo) representavam 42%. No período 1809/1814, os quatro municípios do sul caíram para 54%, enquanto Campo Maior, Marvão e ainda Piracuruca e Parnaíba cresciam a participação para 46%. (MENDES, 1995, p. 64)

Com a descrição acima, vimos que o norte do Piauí se fazia presente na conjuntura econômica do referido Estado, em um período anterior à transferência da capital de Oeiras para Teresina. As muitas características econômicas, culturais e sociais da região mencionada podem ser exemplificadas com as palmeiras da região, a “carnaúba” e o “babaçu”, que no século XIX, ganhavam destaque com as exportações para o exterior. Sendo que, na região, essas palmeiras, desde o começo, são aproveitadas para o artesanato e a feitura de casas, cestos, dentre outras coisas. Baseada na cultura local, a memória coletiva batiza a vila de Santo Antônio do Surubim, atual cidade de Campo Maior, com o título de “terras dos carnaubais”.

As características mencionadas, associadas à implantação da navegação a vapor pelas águas do “Nilo Americano” e transferência da capital do Piauí, em meados do século XIX, nos chamam a atenção para os territórios banhados pelo rio Parnaíba. No norte do Piauí, além de Parnaíba, destacamos a vila de Campo Maior, que tem seus começos ligados à freguesia de Santo Antônio do Surubim. Sobre a região, padre Cláudio Melo acrescenta que a ocupação das referidas terras se deu em todas as direções, mas, principalmente,

nas margens do Poti, quase a sua barra e daí na direção norte margeando o Parnaíba, e junto a barra do Maratoan. Destas propriedades nasceram Teresina, José de Freitas, União, Porto, Nossa senhora dos Remédios, Barras, Pedro Segundo, Castelo do Piauí, São Miguel do Tapuio, Alto Longá e Beneditinos, todas fazendas surgidas até meados do século XVIII (MELO, 1983, p. 93).

Das propriedades mencionadas, escolhemos a fazenda Estanhado que, no século XIX, passa de freguesia para vila União e, no século XX, para cidade. Região habitada por matas fechadas de babaçuais e carnaubais, conhecidas e exploradas pelos comboios, cavalos que transportavam cargas da vila de Santo Antônio do Surubim, atual cidade de Campo Maior, para as margens do rio Parnaíba: “a próspera Vila de Campo Maior utilizava o Estanhado como porto, embarcando o que vendia e, logicamente, desembarcando o que comprava” (SOUSA, 1997, p. 13).

Desta forma, o objetivo principal da presente pesquisa é analisar a instalação da “Vila União”. E ainda, os projetos conduzidos pelos administradores locais e os contratos existentes entre as

medidas mencionadas e as vivências rurais da maioria da população do território em questão, no século XIX. A região analisada localizava-se ao norte do Piauí, e teve seus primórdios ligados a uma freguesia denominada *Estanhado*, nos idos do século XVIII.

A freguesia fazia parte do território da Vila de Campo Maior, que a utilizava como porto, embarcando as vendas e desembarcando as compras em um movimento que fazia parte do cotidiano do lugar. A distância entre a vila e o porto era grande, cerca de 120 km fazendo com que o transporte de mercadorias e produtos fosse feito em cambóios, ou seja, no lombo dos animais, o que transformou a vila num ponto de apoio e no local mais apropriado para escoamento de produtos por sua proximidade ao rio Parnaíba. Movimento que nos faz perceber as características do comércio piauiense, no oitocentos.

Esse transporte de mercadorias ganhou uma outra dinâmica com a instalação da Navegação a Vapor, no ano de 1858, no dia “24 de novembro – o presidente da província, dr. João José de Oliveira Junqueira, contrata com a Companhia de Navegação do Rio Parnaíba, recentemente incorporada, o serviço regular de navegação de vapor no mesmo rio” (COSTA, 1974, p.481)

Desta forma, as embarcações que atravessavam o rio Parnaíba no período pesquisado, ganharam um papel peculiar na constituição de União. Tanto que, no dia 26 de dezembro de 1889, passou de vila a cidade através do Decreto nº 1, quando assumiu a função de governador do Piauí o Marechal Dr. Gregório Taumaturgo de Azevedo¹. As razões apresentadas para essa medida foi o considerável desenvolvimento de União no tocante ao comércio, indústria e ao aumento da população, estando todos esses fatores atrelados à navegação a vapor que ganha impulso em meados do século XIX.

Dentre as razões do incremento da navegação no estado do Piauí, destacamos a necessidade do desenvolvimento da agricultura e do comércio que se lançava na exportação de produtos como a: maniçoba, carnaúba, babaçu, algodão e ainda, a necessidade de comunicação entre as cidades, vilas e fazendas da referida província que, no período em questão, era feita com dificuldades.

No século XIX, logo após a instalação dos vapores em território piauiense foram tomadas medidas como a criação de códigos de posturas, melhoras do sistema de navegação a vapor, criação e adaptação dos telégrafos, aumento dos jornais de circulação diária, tentativas industriais, instalação de energia elétrica, instalação de colônias agrícolas e a emancipação de territórios que receberam o título de cidade. Estes empreendimentos foram articulados pelos governantes no intuito de desenvolver economicamente a província do Piauí. Dentre estas medidas destacamos o território da Vila de União, seus códigos de posturas implantados no oitocentos na província do Piauí.

A “Vila União” entre o rural e o urbano

Ao iniciarmos nossas análises sobre o estado do Piauí, e as tentativas privadas e públicas de “melhoramentos” nas terras que margeavam o rio Parnaíba, no século XIX, temos a impressão que o desejo pelo urbano sobrevivia em um cenário rural.

1.Filho de Manuel de Azevedo Moreira de Carvalho e de Angélica Florinda Moreira de Carvalho nasceu na Vila de Barras do Maratoan, a 17 de novembro de 1853. Formou-se no ano de 1889 em direito e foi o Primeiro Governador Republicano do Piauí.

Um exemplo seriam os códigos de posturas² que decretados pela “vila União” tentavam implementar medidas ditas urbanas em uma população que sobrevivia de uma pecuária extensiva e agricultura de subsistência as margens do Rio Parnaíba³. Para Geraldo Almeida Borges diferenciar agricultura e pecuária, no panorama econômico piauiense seria difícil. “É que esses dois ramos de ‘indústria’ apresentam poucas contradições, principalmente quando a pecuária é extensiva e a agricultura rotineiramente arcaica, e ambas fundamentadas no latifúndio”. (BORGES, 1979, p. 10). São esses aspectos rurais do Piauí que podemos perceber ao analisarmos o art.º 8 e art.º 29, do “Código de posturas da comarca municipal da Vila de União do Piauí” do ano de 1858.

Art. º 8 Aqueles que edificarem nesta vila, e suas mediações, ou roças, quintal, sítios, currais e casas para criação de gado vacum e cavalari, pagaram por cada uma braça de frente com de fundo 40 reis de foro anualmente.

Art.º 29 Fica proibida a criação de porcos nesta vila, sendo admissível ovelhas e cabras ficando seus donos obrigados recolhe-las a seus apriscos das seis horas da tarde em diante. Aos contraventores multa de 5\$reis (PIAUI, 1858)

O trecho anteriormente destacado refere-se as posturas municipais. Das quais, mencionamos os aspectos rurais do município de União. Características que podem ser percebidas em todo território do Piauí, desde seus começos. Como por exemplo, os “sítios” e as “casas para a criação de gado”.

O historiador Luiz Mott (1976) baseado nas descrições do “Ouvidor Durão” diferencia fazendas de sítios. As primeiras seriam “aquelas propriedades onde se criava gado vacum e cavalari” (p. 355). Já os segundos eram “chamados terras onde se cultivava, sendo separadas da área de criação” (p.355). Sendo que o termo sítio “abrange igualmente as roças e engenhos do açúcar” (p.355).As análises do referido autor associadas aos mencionados códigos de posturas nos levam a caracterizar o município de União como um território que vivenciava a agricultura tradicional as margens do rio Parnaíba. Neste sentido, destacamos que

Os Códigos de Postura mostram a estratégia dos representantes do poder público para tentar disciplinar o viver na cidade, entretanto a forma como a população recebia tais normas se evidencia em documentos como os jornais do período, os quais mostram os limites entre a cidade dos desejos e a cidade real (ANDRADE; CASTELO BRANCO, 2016, p. 16)

Ao analisar o código de postura de Teresina, a capital do Estado do Piauí. Os autores apresentam os “fortes traços de ruralidade” (p. 19) contidos na cidade de Teresina. Estes aspectos rurais repetem-se no município de União. Sobre isso, destacamos a proibição de criação de animais e a instalação de roças no perímetro urbano na vila estudada. Proibições que denotam um território que tinha a terra, as margens do rio Parnaíba, como eixo econômico, social e cultural. Portanto, lançamos um olhar sobre a constituição da vila de União, e posteriormente cidade de União. E que mesmo com títulos de vila e cidade se manteve cercada de “realidades”

2.Sobre os códigos de posturas no Piauí. Ver:ANDRADE; CASTELO BRANCO (2016)

3.Sobre a economia piauienses ver: MENDES (2003); QUEIROZ (2015); (SANTANA (2017)

rurais. Dentro do aspecto legislativo, destacamos as Posturas Municipais, como

Códigos de comportamento, de onde se pode deduzir, claramente, a superestrutura do sistema. As posturas eram medidas criadas pelas câmaras municipais para fazer funcionar a máquina arrecadadora de imposto e multas, e eram aprovadas pelas assembleias provincial (BORGES, 1979, p. 12)

O conceito de posturas, descrito no trecho acima, destacamos mais uma vez, a Vila de União e as punições que eram mensuradas em dinheiro. Nas “Disposições gerais”, das posturas do ano de 1878, fica evidente a importância do valor em dinheiro discriminado no caso de cada inflação em substituição a punição física, tão comum em outras épocas.

A punição econômica, retirada dos bens através do pagamento das multas o que poderia ser visto como coadjuvante do processo civilizatório. No período estudado, apontam-se mudanças nas questões relacionadas as terras brasileiras. Das quais, destacamos a lei de terras de 1850⁴. Sobre essas mudanças, destacamos, o trecho. A seguir,

Uma lei de terras e uma firme política imigracionista era fundamental para estes novos ricos: suas terras não tinham origem nas antigas sesmarias mais na tomada pura e simples de terras devolutas. Fazia-se necessário regularizar uma situação que já beirava a violência e simultaneamente, fecha pela qual estes mesmos homens passaram. Talvez mais importante que impedir a formação de um campesinato livre ou uma via “farmer” de desenvolvimento agrícola era impedir que a violência se exacerbasse (LINHARES; SILVA, 1981, p. 32)

Desta forma, podemos lançar um olhar as tentativas de modernização no século XIX e sua ligação as questões rurais e territoriais. Entre elas

a adoção do trabalho livre, uma lei de terras, uma lei de colonização para nacionais que completasse essa lei de terras, a livre navegação fluvial e a cabotagem que facilitasse a circulação de mercadorias, a descentralização administrativa, a maior eficiência dos serviços, o crédito fácil desvinculado de favoritismos políticos [...] (LINHARES; SILVA, 1981, p.23)

Com destaque para implantação de máquinas e novas formas de cultivos. No entanto, não era o que ocorria no Piauí. Mesmo havendo leis e projetos relacionados as tentativas, principalmente por parte, do governo estadual e federal em inserir o Piauí nos melhoramentos almejados pela elite brasileira. Sobre estas tentativas destacamos a instalação da “Colônia de Nacional Gameleira”, as margens do Rio Parnaíba. Também merece destaque a “Fábrica União” que produzia produtos extraídos da banana e foi alvo de incentivos estaduais, na zona rural de União também situada às margens do Rio Parnaíba. E ainda a produção algodoeira, no período e local estudado. Sobre as condições da agricultura, no Piauí. Destacamos o trecho a seguir,

4.“Em 1850, com a aprovação da lei 601 de 18 de setembro, impõe-se uma nova perspectiva com relação as ocupações de terras no período imperial e a forma como se regularizaria a situação das propriedades particulares e terras devolutas. As condições políticas do Império demandavam que fosse legislado sobre isso, a possibilidade do fim da escravidão e as novas formas de trabalho no campo a partir de uma ampla campanha para recrutamento de imigrantes representariam um risco para uma elite nacional agrária que se fazia representar no Império. Uma reviravolta no cenário rural era eminente e é, através desta lei, que se materializam as ações estatais para regularizar a malha fundiária” (BORGES, 2019, p. 48).

[...] as condições vantajosas dos produtos do extrativismo vegetal piauiense nos mercados interno e externo não estimulavam a produção agrícola, acrescentando outros motivos para o desinteresse dos grandes proprietários na atividade das lavouras. O extrativismo, como a pecuária, não ofereciam riscos elevados, mas lucros certos, enquanto, para os trabalhadores, a garantia de ocupação não era compensada, necessariamente, com rendimentos justos. (MENDES, 2003, p. 73)

Desta forma, podemos falar de uma agricultura de subsistência e exportação sob o domínio do extrativismo, no Piauí. Agricultura que foi celebrada na obra, “O Piauí no centenário de sua independência 1823-1923” (PIAUI, 1923, p. 271).

No município de União “a agricultura é a principal fonte de riqueza [...] situada “no centro de férteis e opulentas matas próprias para o cultivo de qualquer lavoura”. No entanto, “é feita, ainda, empiricamente, pelos velhos e primitivos processos”. Com esses obstáculos “torna-se impossível ao agricultor unionense dar a agricultura o desenvolvimento e progresso que era de esperar-se da exuberância e fertilidade das terras do município”. Outro destaque oferecido ao território estudado foi “a indústria extrativista da cera de carnaúba e do babaçu” (p.272). Mencionadas como “grandes fontes de riquezas do município”. Sendo que, o extrativismo constitui-se parte da economia piauiense, na passagem do século XIX para o século XX. Neste período,

o extrativismo vegetal é que reorientaria o sentido das atividades para o eixo do rio Parnaíba, a exceção da maniçoba, nativa do semiárido piauiense e que percorria os mesmo o gado. A carnaúba e o babaçu, por terem tido uma demanda externa forte e por estarem situados, em grande parte, próximos dos rios, mudaram a geografia econômico piauiense numa época em que a produção da pecuária nordestina também já estava transferida para as regiões mais próximas dos centros consumidores. (MENDES, 1995, p.67)

Em consonâncias com estas análises. Citamos o “Questionário sobre as condições da agricultura dos municípios no Estado do Piauí” realizado de junho de 1910 a fevereiro de 1912. Sobre a agricultura, na vila de União. Destacamos,

O fumo produzido é em corda. A criação que constitui a maior renda do município é explorada pelos meios os mais primitivos; a agricultura não se acha mais adiantada. Esta situação precária, muito melhoraria, se os agricultores e criadores administrassem as suas culturas e rebanhos, morando em suas propriedades, vendo e cuidando do que é seu. [...] (RIO DE JANEIRO, 1912, p. 102)

Ao lançarmos um olhar sobre a entrega do proprietário das terras aos vaqueiros, no Piauí. Percebemos a existência de arrendamentos que seriam “contrato pelo qual se cedem temporariamente o uso e a ocupação de um terreno mediante o pagamento de uma renda ou aluguel” (SECRETO, 2005, p. 40). O que demonstra um período de transição das formas usuais das terras para um sistema capitalista.

Os pagamentos dos lotes de terras e das formas de trabalho estão consolidando-se no território estudado. Desta forma, ao analisarmos a documentação sobre o município de União percebemos que tanto os terrenos nas áreas rurais como nas áreas urbanas do município eram arrendados.

Realidade percebida no território do Piauí, desde a aplicação da lei de terras. O mencionado,

“questionário sobre a agricultura do Piauí”, ao descrever os municípios piauienses deixa pistas para pensarmos sobre os arredamentos. Como podemos perceber com o trecho. A seguir,

O criador aqui quase sempre entrega a fazenda a um vaqueiro, pessoa a quem talvez não empreste 100\$000, é a qual, no entanto, as vezes entrega a fortuna, assim amparada por mãos tão frágeis. Essa observação pode ser aplicada a todo o Estado (RIO DE JANEIRO, 1912, p.102)

Os códigos de posturas do município estudado possuem artigo que tratam sobre os arredamentos e a importância para o Piauí. Assim como, sobre as tentativas de urbanizar as vilas piauienses. Dos quais, destacamos o “Capítulo 1º - Edificação de casas, medição e alinhamento de terrenos concedido” do “Código de Posturas da comarca municipal da vila da União”, “Art. 1. Ninguém poderá edificar casas nesta vila sem licença da comarca, sob pena de ser demolida à custa do dono na parte que ofender o alinhamento; e multa de 10\$000 reis” (PIAUI, 1878, p. 1).

Percebemos, com o trecho anterior, que a vila tentava estruturar seu território em parâmetros urbanos, que circulavam nos principais centros brasileiros, no período. Sobre isso, continuam as posturas, “Capítulo 5º - Animais”, “Art. 49. É expressamente proibida criação e conservação de porcos e cabras dentro dos limites da décima urbana, sendo, todavia, permitido de ter cabra leiteira durante o tempo em que seu dono dela precisar: aos contraventores multa de 2:000 reis” (PIAUI, 1878, p.9). A necessidade de delimitar e alinhar os terrenos demonstram a dificuldades dos articulistas locais em manter a vila com áreas urbanas. E ainda, a necessidade dos animais para consumo e venda nos arredores demonstra quanto de rural possuía esse território.

Nesse sentido, percebemos uma dissonância entre os desejos dos articulistas e seus projetos com o cotidiano, sociedade e economia local. Sobre isso, destacamos as casas de palhas. A cultura piauiense, da região estudada, utilizou e ainda utiliza as vegetações, carnaúba e babaçu para feitura de suas casas que geralmente eram cobertas de palhas das palmeiras mencionadas.

A extinção destas casas, no perímetro urbano foram mencionadas, nos códigos de posturas de União, como uma tentativa de um processo de melhoramento da paisagem da vila. Assim como, ações no sentido de melhorar a higiene e a salubridade do espaço urbano e acabam nos revelando o desejo de participar de um movimento civilizador que tinham o espaço urbano em detrimento do rural. Esses articulistas quando definiam as normas do seu território descartavam as características rurais da região. Foi o que percebemos ao analisar a proibição de casas de palhas no perímetro urbano,

Art. 2. Fica expressamente proibida a edificação de casas de palhas nas ruas – grande, praça matriz, das flores, praça da alegria e rua da boa vista. Desde a casa de Francisco Alves Ribeiro de Sampaio até Benedito Ferreira de Andrade; ficando marcando o prazo de dois anos para as casas de palhas existentes cobri-las de telhas. Sob pena de multa de 10\$000 reis. (1878, p. 1)

O artigo nos chama a atenção pela imposição da cobertura de telhas e pelo perímetro urbano ser o único contemplado com a medida. Assim como, a exclusão e segregação de classes sociais que estavam fadadas a fazer parte do perímetro rural. Já que, os dados dos relatórios estaduais e municipais revelam que as condições para pagar multas e cobrir as casas de telhas eram da minoria dos habitantes. A maioria da população vivia em condições precárias e sobrevivendo do campo.

Essa fusão entre campo e cidade, nos faz pensar, nesses conceitos com características históricas variadas. Sendo que, a forma de vida agrária “engloba diversas práticas [...], e sua organização varia da tribo ao feudo, do camponês e pequeno arrendatário à comuna rural, dos latifúndios e plantations às grandes empresas agroindustriais capitalistas e fazendas estatais” (WILLIAMS, 2011, p. 11).

Também a cidade aparece sobre diversas formas, “capital do Estado, centro administrativo, centro religioso, centro comercial, porto e armazém, base militar e polo industrial. (*Idem*). A vila, e depois cidade União, no período estudado, apresenta características rurais acentuadas. No entanto, as medidas governamentais implementadas no período, apontam para uma necessidade de melhoramentos urbanos que se iniciam em meados do século XIX e permanecem nas primeiras décadas do século XX. Essas medidas nos fazem pensar, em um ruralismo, ou seja,

[...] movimento político de organização e institucionalização de interesses de determinadas facções da classe dominante agrária no Brasil – tanto em nível da sociedade civil, quanto em nível da sociedade política-bem como os conteúdos discursivos produzidos e veiculados pelos agentes e agências que dele participavam [...] (MENDONÇA, 1997, p. 10)

Ao analisarmos o ruralismo conceituado pela historiadora, Sônia Regina de Mendonça pensamos nos articulistas piauienses, no período pesquisado, que em sua maioria, eram proprietários rurais.

Já que, o território piauiense se constitui de fazendas de gado e em seu entorno uma agricultura tradicional tida por muitos como uma agricultura de subsistência. São esses políticos e civis que irão fomentar projetos e muitas vezes institucionalizar medidas relacionadas as modernidades que eram experienciadas no período em questão. O que nos faz concluir que esses projetos eram em sua maioria voltados para a vida rural, mesmo que com denominações de vilas e cidades. As vivencias dos lugares pesquisados eram agrárias. Desta forma, os projetos relacionados aos desejos por uma melhora da agricultura estavam sempre na pauta dos piauienses. Já que, no ano de 1821, o território sobrevivia basicamente da agropecuária. Sendo que,

Nossa agricultura, além de cereais, concorria com fumo, algodão e cana de açúcar, fonte subsidiária, de vez que as finanças do Piauí repousavam realmente nas rendas provenientes da pecuária. O boi é que era a nossa riqueza. Nossa rica mercadoria eram os rebanhos. Nossos grandes mercados eram o Ceará, a Bahia, Pernambuco e Maranhão. (CHAVES, 1975, p. 26)

Levando em consideração, as descrições de Padre Chaves, podemos perceber as tentativas de modernização das terras localizadas, as margens do rio Parnaíba. Como exemplo, temos a vila de União que tem seus começos ligados a fazenda Estanhado, que no ano de 1853, pela resolução nº 362, um ano depois da transferência da capital do Piauí, de Oeiras para as margens do Rio Parnaíba⁵, passa pelo processo de tentativa de urbanização de seu território com a instalação da

5.A nova capital recebe o nome de Teresina, no período em que tomava conta do ideário de alguns políticos a intenção de integrar o Piauí ao mercado nacional e internacional com a exportação de produtos agrícolas. Isso seria viável com o aproveitamento do Rio Parnaíba que foi utilizado como estrada fluvial pelos piauienses de meados do século XIX ao início do século XX. Ver: GANDARA (2011); VILHENA (2016); NUNES (2007); ANDRADE, CASTELO BRANCO (2016)

vila e em seguida, com a publicação de códigos de posturas.

O nosso recorte temporal contempla o século XIX. Um dos fios condutores para adentrar esses tempos foram as medidas implementadas nas terras que margeavam o rio Parnaíba, no período proposto e suas dissonâncias com as características rurais da maioria da população e território piauiense.

Dentre essas medidas, destacamos a transferência da capital do Piauí. Sendo que, a medida mencionada foi implementada as margens do rio Parnaíba. De acordo, com nossas análises a transferência da capital para vila do Poty foi o incentivo definitivo para a instalação da vila de União, no de 1853 e posteriormente para a implantação dos códigos de posturas e leis analisadas no decorrer do artigo.

Depois da instalação da nova capital no ano de 1852 e a criação da vila de União em 1853. É no ano de 1859 que a Navegação a Vapor passou a fazer parte do transporte fluvial, no Piauí. Fato que contribui para novas formas de locomoção, notam-se tentativas de modificações na sociedade, cultura, economia e política piauiense, principalmente no que se refere ao norte do Estado.

Em relação a essas transformações, destacamos a elevação à categoria de cidade para as vilas de União, Barras, Campo Maior e Piracuruca, no ano de 1889; e a instalação da “Usina Elétrica For-fail”, no ano de 1929, na cidade de União. No mesmo ano, o Centro Agrícola Federal David Caldas teve suas terras empossadas pelo Estado do Piauí. Até então esse território pertencia ao então governo Federal. Sendo que estas medidas eram implementadas em uma sociedade com características rurais e que em sua maioria não sentiam as mudanças no seu dia a dia.

Considerações finais

A presente análise aponta que o desenvolvimento pautado no capital estrangeiro e nacional ainda estava muito distante dos aspectos rurais que envolvia o território piauiense, no século XIX. Estes trabalhadores não sentiam de perto o dito “progresso” que foram mencionados nas leis e projetos direcionados a região estudada.

E ainda, conviviam com a falta de garantia da propriedade, trabalhando em terrenos não demarcados, nem divididos legalmente, sem contar que o trabalhador rural unionense vivia “sobrecarregado de impostos de toda natureza, municipais e estaduais, sem dinheiro, sem instrução [...]” (TERESINA, 1923, p.10).

Sendo impedido de contribuir para o “desenvolvimento e o progresso que era de espera-se (sic) da exuberância e fertilidades das terras”. Mesmo com essas conjunturas, o desejo da elite piauiense que margeava o Rio Parnaíba era de encaixar-se nos processos modernizantes. Um exemplo destes desejos seria a tentativa de modificação dos espaços com a criação das primeiras vilas e cidades as margens do Rio Parnaíba.

A partir do século XIX, a vila de União, no Piauí passava a exportar produtos como o fumo em cordas que tinha produção nos municípios situados às margens do Parnaíba. O fumo em cordas era exposto na exposição estadual como um produto de visibilidade para o Piauí.

O algodão também era produzido em larga escala nas casas comerciais da vila União. Estes armazéns tinham suas máquinas de descarregar algodão de modo a prepará-lo para o comércio

local e para a exportação. Dentre as casas comerciais que produziam o algodão estava o comércio de Sr. Francisco Narciso da Rocha, que se localizava a Rua Riachuelo e mantinha um comércio ativo com a cidade de Parnaíba, exportando não só o algodão como também as indústrias extrativas de União como

[...] a cera de carnaúba e coco babaçu são, grandes fontes de riquezas do município, notadamente a última. A palmeira babaçu existe naquela região em extraordinária quantidade, formando matas extensivas [...] que é hoje exportado em grande escala para o estrangeiro [...] (TERESINA, 1923, p. 272)

Nas terras localizadas a vila de União existiram outras iniciativas que não estavam relacionadas às grandes exportações e não possuíam registros nos documentos da coletoria de União. Dentre as quais destacamos a produção do “Sr. Job Coutinho, que mora a três quilômetros da vila e transforma sua mandioca em aguardente. Esta utilização da mandioca será dentro de pouco tempo de uma importância incomparável [...]” (BRASIL, 1912, p. 102). Com uma produção de aguardente conhecida popularmente como tiquira, tida como algo empreendedor e como uma iniciativa de progresso controlado pelos vapores que iam, vinham.

O trecho acima nos leva a perceber, para além das características rurais do município em questão, um desejo, por parte dos articulistas locais, em modernizar a referida vila do Estado do Piauí. Podemos considerar que a localização próxima à capital e a maior via fluvial de navegação da região teve um papel fundamental na implantação das mencionadas medidas.

Sobre a importância dessa localização para o território em evidência, mencionamos dois fatos relevantes da História local: a guerra pela independência do Piauí e a Balaiada. Ambos os eventos tiveram o rio Parnaíba como personagem principal e o território de União mencionado pela sua localização próximo ao rio.

Referências

Fontes

QUESTIONÁRIO sobre as condições da agricultura dos municípios no Estado do Piauí. Rio de Janeiro, 1912.

TERESINA/PI. *Primeira Exposição de Produtos Piauienses*. Papelaria Piauiense, 1923.

Bibliográficas

ANDRADE, Andreia Rodrigues; CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Entre o sertão e as margens do Rio Parnaíba: os começos da vida urbana, no Piauí, e a criação da cidade de Teresina, em meados do século XIX. In: FONTINELES, Claudia Cristina da Silva; CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho; CRUZ, Marcelo Silva. *Oficina de Clio: História, Cidades e Linguagens*. Teresina: EDUFPI, 2016.

BORGES, Cássio de Sousa. “*Para bem cumprir*” a lei de terras: o processo de regulação fundiária no centro-sul da Província do Piauí (1850-1860). UFPI: Dissertação de mestrado. Teresina, 2019.

CASTELO BRANCO, Renato. *A civilização do couro*. D.E.I.P. Teresina, 1942.

CHAVES, Pe. Joaquim. *O Piauí nas lutas da independência do Brasil*. Teresina: APL, 1975.

COSTA, F. A. Pereira. *Cronologia Histórica do Estado do Piauí*: desde os seus tempos primitivos até a proclamação da República. Editora Artenova s.a. 1974.

GANDARA, Gercinair Silvério. *Rio Parnaíba: cidades-beiras* (1850-1950). Teresina: EDUFPI, 2010.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *História da Agricultura Brasileira: combates e controvérsias*. Brasiliense, 1981.

MENDES, Felipe. *Economia e desenvolvimento do Piauí*. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2003.

MENDONÇA, Sônia Regina de. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: HUCITEC, 1997, p. 10.

QUEIROZ, Teresinha. *Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo*. Teresina: EDUFPI, 2006.

VILHENA, Marcos. *Voo de Ícaro: tensões e drama de um industrial no sertão*. Teresina, 2006.

Artigo submetido em: 27/10/2021

Aprovado em: 12/12/2021